

DISCURSO DE POSSE DOS PROCURADORES DO ESTADO APROVADOS NO XIV CONCURSO

Jardim de Inverno do Palácio Guanabara

A emoção está no ar. Agradeço a DEUS por este dia especial em minha vida. Tenho a felicidade de participar desta solenidade de posse de 28 novos Procuradores do Estado, aprovados em concurso público da mais alta complexidade jurídica, e de entrega da Medalha do Mérito da Procuradoria Geral do Estado às autoridades indicadas. A todos permito-me saudar na pessoa do insigne jurista **JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA**. Mestre **BARBOSA MOREIRA** a gratidão é o primeiro dever do homem. Do âmago de meu coração gostaria de dizer, publicamente, que uma vida não basta para agradecer a formidável ajuda que o senhor me proporcionou em momento difícil de minha vida.

Discursos longos são um tormento para o espírito. Procurarei retribuir a generosa presença de todos vocês com uma **exposição breve**.

Se a gratidão é a memória do coração, as minhas primeiras palavras são de gratidão a Anthony Garotinho e a Dona Rosinha. A idéia me remete a uma passagem bíblica. Conta o Evangelho de Lucas que Jesus, sempre a caminho para Jerusalém, ao passar pelos confins da Samaria e da Galiléia, curou 10 leprosos mas apenas 1 voltou para agradecer. A minha história de agradecimento é com estes dois amigos, que sempre me depositaram grande confiança, guardaram prestígio com meu nome e, com a Procuradoria Geral do Estado, nunca faltaram com o necessário apoio institucional, fazendo-se protagonistas de um **marco histórico** desta Casa: a aprovação da Lei Complementar nº 111, de 13 de março de 2006, que recuperou o nível da remuneração dos Procuradores do Estado do Rio de Janeiro, e da Lei nº 4.720 de 2006, que reestruturou o Quadro Permanente de Pessoal de Apoio da Procuradoria Geral do Estado. Graças a eles pude realizar 3 concursos públicos para a Procuradoria Geral do Estado, com o ingresso de 100 novos Procuradores do Estado, garantindo a contínua revitalização da Instituição. Senhora Governadora Rosinha Garotinho eu serei o leproso, **grato**, que estará trabalhando ao seu lado até o último segundo deste Governo.

Aos colegas hoje empossados apresento meus cumprimentos e a certeza de que honrarão, no exercício de suas funções, o destacado papel que a partir de hoje lhes é atribuído. Os Senhores recebem a prerrogativa e o dever de exercerem, com fidelidade, firmeza, serenidade e dedicação, a função de advogados do Estado. O mais nobre de todos os clientes. Esperamos dos Senhores, como **RUI BARBOSA** dos bacharelados da Faculdade de Direito de São Paulo de 1921, na sua célebre ORAÇÃO AOS MOÇOS, que nunca se esqueçam:

“Não ser baixo com os grandes, nem arrogante com os miseráveis. Servir aos opulentos com altivez e aos indigentes com caridade. Amar a pátria, estremecer o próximo, guardar fé em Deus, na verdade e no bem.”

O princípio da eficiência, tendo alcançado autonomia com a Constituição de 1988, impõe a atuação administrativa de resultado: resultados positivos na prestação de serviços e atendimento das necessidades da coletividade. A nós, Advogados Públicos, impõe-se a atuação diligente e pró-ativa necessária para viabilizar, nos limites da lei e da Constituição, a prática administrativa eficiente.

Cumpram com responsabilidade e ética profissional o *munus* público de defesa dos interesses e direitos do Estado e de concretização das políticas públicas voltadas ao bem comum.

A Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de função essencial à Justiça, tem concretamente se destacado no esforço de viabilização das políticas públicas dos governos democraticamente eleitos, imprimindo uma atuação sinceramente comprometida com os resultados, em benefício da população fluminense.

Permitam-me catalogar alguns casos mais expressivos de atuação institucional da Procuradoria Geral do Estado: a defesa judicial, inclusive perante o Supremo Tribunal Federal, do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, que proporcionou ao Estado, nos últimos 4 anos, uma arrecadação de mais de 5 BILHÕES de reais. Em duas pioneiras Ações Cíveis Públicas, a PGE garantiu o sustento de centenas de famílias dependentes da indústria leiteira, com a manutenção da fábrica da Parmalat, no Município de Itaperuna, em funcionamento, enquanto todas as demais fábricas da Parmalat no País fecharam suas portas, bem como com a reabertura da fábrica da CCPL, no Município de São Gonçalo, gerando mais de 300 empregos diretos. E, ainda, para citar mais um, dentre tantos outros casos, a PGE logrou obter decisão judicial para compelir o BNDES a assinar o contrato de financiamento para extensão do METRÔ à Praça General Osório em Ipanema. E o contrato já foi assinado.

Senhoras e Senhores:

Permitam-me pronunciar algumas brevíssimas palavras sobre o momento presente, no qual o Brasil reflete sobre si próprio, rondado pelo pessimismo. Constitua a identidade nacional a percepção de que o Brasil seria o País do futuro. O cotidiano de privações era suportado pela perspectiva de um País desenvolvido. Era olhar para o futuro e ver uma terra de oportunidades, tolerante e miscigenada – a “república morena nos trópicos” de que falava **Darcy Ribeiro**. A percepção hoje em vigor é de que o futuro já chegou, e de que o futuro é este mesmo, sobre o qual não há muito a comemorar. Se a idéia do “fim da história” desencanta os utopistas em outras nações, aqui ela atinge o próprio cerne da identidade nacional. A idéia de um projeto de país auto-sustentável dá lugar a um Brasil conformado em se deixar levar pela corrente de incertezas da economia global. O mercado toma do povo o lugar de sujeito dos rumos nacionais.

É nesse contexto que se instaura a crise ética que corrói as instituições brasileiras. O problema está no ambiente de intensa fluidez de valores. A crise ética é profunda. Suas raízes vão bastante além da superfície para encontrar substrato material, por exemplo, na indiferença com que muitos lidam com a indigência de crianças e idosos nas ruas das grandes cidades. A reabilitação da vida pública brasileira passa pela nossa capacidade de recobramos a indignação. Quem tolera a fome, a desnutrição e o analfabetismo por que não toleraria a deformação de práticas administrativas? Aqui, o fundo do poço parece ser apenas uma etapa.

Além de ser ética, a crise também é social. Mas dada a intensidade da crise social, esta não tem como não ser também ética. A realidade brasileira sempre foi de exclusão. O Brasil – **último país a abolir a escravidão** – tolera a extrema pobreza, sempre que esta se mantenha restrita aos guetos. A ausência de um esforço nacional consciente e programado para superar a pobreza põe em questão nossa capacidade de autodeterminação. **Diante da tragédia social, a ação coletiva se converte em dever cívico.**

A crise brasileira agora atinge fortemente as instituições políticas. A dimensão política da crise brasileira é, senão a mais grave, a que reclama solução mais urgente. A despeito de atingir elementos da própria identidade nacional, por tornar irrealista a fé no futuro, a crise ainda não foi capaz de desconstituir o estado democrático de direito. Já aprendemos, a duras penas, que este é o último refúgio da dignidade nacional. A crise se deve não a irrupções autoritárias, mas ao desencanto popular com a democracia. O risco não é de que a democracia seja novamente substituída pela ditadura, mas de que ela não mais seja vivida efetivamente pelo próprio povo a que deve servir, de que ela se torne, afinal, irrelevante. Governo sem povo pode ser tudo, menos democrático, ainda que respeitadas as regras eleitorais e realizadas eleições periódicas. Se há um conteúdo mínimo do princípio democrático, dele não pode faltar a legitimação global do sistema por parte de seus próprios destinatários.

É pela necessidade de preservar um mínimo de **“patriotismo constitucional”** que se tornou necessário realizar uma ampla reforma política, que remoece as instituições e as reaproxime da vontade popular. O contexto atual é de esgotamento da configuração política que se formou na reabertura democrática. A realidade reclama a revitalização das regras do jogo democrático, de modo a propiciar a prevalência das virtudes republicanas, a legitimação do sistema e a facilitação da governabilidade. A fé em um futuro melhor perde a densidade que por décadas sustentou o projeto nacional, mesmo em tempos difíceis. Mas a história é dinâmica, e não cansa de desmentir a arrogância daqueles que se apressam em vaticinar o seu fim. A reforma política é fundamental para preservar o estado democrático de direito que é o núcleo básico de nosso projeto de nação.

Finalizo minhas palavras sob a boa luz da inspiração de **Martin Luther King**:

“TENHO UM SONHO” que a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro mantenha-se sempre firme no propósito de, a cada dia, fazer jus ao merecido título de **“melhor escritório de advocacia do país”**; **“TENHO UM SONHO”** que a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro possa, incessantemente, continuar servindo, com eficiência, à causa da concretização do bem comum e da defesa dos legítimos interesses do Estado; **“TENHO UM SONHO”** que os jovens hoje empossados nunca se esqueçam das palavras que aqui lhes dirigi e do compromisso firmado para que, com dedicação e responsabilidade, cumpram a função de Procuradores do Estado; **“TENHO UM SONHO”** que o povo brasileiro volte a ser o protagonista da sua história.

Peço licença a **Fernando Pessoa**: “não sou nada, não posso querer ser nada, nunca serei nada. À parte isso, tenho em meu peito todos os sonhos do mundo”.

Senhora Governadora do Estado **Rosinha Garotinho**: nasci assim, já assim devo morrer, quando fizerem a minha autópsia encontrarão a Procuradoria Geral do Estado no meu coração.